

# economia



## Observador

Affonso Ritter

aritter20@gmail.com

### Jovem Aprendiz dos Correios

As inscrições para o Programa Jovem Aprendiz dos Correios encerram neste sábado (11). Em todo o País, estão disponíveis 548 vagas, além de cadastro reserva. No RS há 18 vagas em Porto Alegre, mais o cadastro reserva em 91 cidades, entre elas Caxias do Sul, Santa Maria, Passo Fundo e Pelotas. Podem se candidatar jovens de 14 a 21 anos completos no ato da contratação, que estejam cursando o ensino fundamental ou médio ou que já tenham concluído o ensino médio. Do total de vagas ofertadas, 10% são destinadas a pessoas com deficiência; 25% a candidatos que se autodeclararem pretos ou pardos; 3% para indígenas; e 2% para quilombolas.

### Aposentadoria mais difícil

As mudanças nas regras de aposentadoria em 2026 já impactam diretamente o planejamento de milhares de brasileiros. Com a atualização das regras de transição do INSS, os segurados passaram a enfrentar critérios mais exigentes, o que tem gerado dúvidas e insegurança sobre o momento correto de solicitar o benefício. Neste ano, a idade mínima passou a ser de 59 anos e 6 meses para mulheres e 64 anos e 6 meses para homens.

### A 6ª Corrida pela Adoção

Abertas as inscrições para a 6ª Corrida pela Adoção, que ocorre dia 23 de maio de 2026, às 8h, no Pontal Shopping, em Porto Alegre. Iniciativa do Ministério Público do RS tem como objetivo sensibilizar a sociedade para a realidade de crianças e adolescentes acolhidos institucionalmente que aguardam a oportunidade de viver em família. Para todas as idades e níveis de condicionamento. Inscrições pelo e-commerce do SESC RS.

### Novos sócios Andrade Maia

O Andrade Maia Advogados anunciou a chegada de 3 novos sócios para sua prática de tributação de instituições financeiras: Leonardo Andrade, em São Paulo; Bernardo Leite, em Vitória; e Carolina Rigon, em Brasília. O movimento fortalece a atuação do escritório gaúcho em um dos setores mais estratégicos da economia, ao mesmo tempo em que amplia sua capacidade técnica para lidar com demandas tributárias de alta complexidade e intensifica a presença em polos decisórios do país.

### Ônibus elétrico da Marcopolo

Alinhada à sua estratégia de desenvolver e fornecer as mais avançadas soluções para a descarbonização do transporte, a Marcopolo participa de um teste operacional com o ônibus 100% elétrico Attivi Integral em linhas e serviços da MOBI-Rio. O acordo de cooperação técnica firmado com o município do Rio de Janeiro visa a conjugar esforços para desenvolver um projeto de demonstração de ônibus elétricos para avaliar seu desempenho e eficiência operacional.

### Um mutirão de direitos FMP

A Fundação Escola Superior do Ministério Público promove, em parceria com a Agência da ONU para Refugiados, um mutirão voltado a migrantes, refugiados e apátridas. A ação reunirá serviços nas áreas documental, trabalhista, previdenciária, empregabilidade e assistência social, com atendimento integrado, triagem e encaminhamentos no local, facilitando o acesso a direitos e evitando deslocamentos. O evento gratuito ocorre neste sábado na OAB Cubo em Porto Alegre das 10h30 às 15h.

### Selo de qualidade para a erva-mate

Símbolo da identidade cultural do RS e presença constante no cotidiano de milhões de brasileiros, a erva-mate passa por um processo crescente de qualificação que busca garantir, de forma efetiva, a qualidade do produto consumido. Nesse contexto, a Certificação da Qualidade do Processo de Produção da Erva-Mate, desenvolvida pela Emater/RS-Ascar, é uma iniciativa pioneira no país ao estabelecer critérios que abrangem toda a cadeia produtiva.

# Alta do IPI do cigarro pode fomentar mercado ilegal

Alíquota sairá de 2,25% para 3,5%; preço médio da carteira será R\$ 7,50



Ana Esteves, especial para o JC  
economia@jornaldocomercio.com.br

A decisão do governo federal de aumentar a alíquota do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) do cigarro, de 2,25% para 3,5%, para compensar a suspensão da cobrança de PIS e Cofins incidentes sobre QAV (querosene de aviação) e biodiesel, pode fomentar o comércio ilegal e o contrabando do produto. A declaração foi dada pela Associação dos Fumicultores do Brasil (Afubra), por meio de nota, através da qual a entidade reforça que a medida favorecerá a entrada no País de produtos sem controle, sem tributação e sem fiscalização, diante do aumento do preço mínimo da carteira de R\$ 6,50 para R\$ 7,50.

“A decisão representa uma ameaça concreta à sustentabilidade da produção. Ao deslocar parte do consumo para canais clandestinos, a medida enfraquece a cadeia legalmente estabelecida, compromete o planejamento produtivo e reduz a segurança econômica de milhares de famílias que dependem da cultura do tabaco para sua subsistência”, pontua a associação.

A Afubra declarou ainda que, apesar de a medida ter incidência

direta sobre o produto industrializado, atingirá indiretamente os produtores de tabaco por eventuais retrações do mercado formal. Em uma cadeia integrada como a do tabaco, a redução do consumo legal significa, inevitavelmente, redução da demanda, da produção e da renda no campo.

“O tabaco possui importância estratégica para diversos municípios, onde a atividade sustenta economias locais, gera emprego, movimentação o comércio e assegura renda para pequenos produtores rurais.” A associação solicitou a reavaliação da medida e reforça a necessidade de políticas públicas que combatam o mercado ilegal, preservem a competitividade do setor formal e assegurem condições de estabilidade para os produtores rurais brasileiros.

O economista e professor na Escola de Negócios da Pucrs, Gustavo de Moraes, diz que a medida é um problema, justamente pelo fato de o cigarro ser muito sensível ao contrabando. “Cidades como Londrina, Maringá, Cascavel e Foz do Iguaçu são praticamente todas consumidoras de cigarros paraguaios. Ainda que seja um crime, você acaba estimulando a prática da informalidade dentro desses mercados, sobretudo no mercado em que, primeiro, prepondera o vício”, diz. Para Moraes, falta uma

política fiscal orientada e estruturada, que evite o que ele chama de “remendos tributários”, com soluções paliativas que convidam à informalidade.

O especialista calcula que o aumento da alíquota pode gerar R\$ 3 bilhões, valor que, na avaliação dele, não fará muita diferença para o governo, no sentido de cobrir os mais de R\$ 30 bilhões pela isenção dos impostos dos combustíveis. “O governo já sabia que estaria exposto a qualquer movimento do barril do petróleo no mercado internacional e que isso teria uma consequência importante sobre a economia nacional. Ele tem estoques reguladores e tem a condição de, numa intercorrência do mercado, poder abastecer o mercado com leilões de compra quando o preço baixar ou leilões de oferta quando o preço subir, pelo menos nesses produtos mais estratégicos para o mercado”, avalia.

O SindiTabaco também destacou que o aumento da carga tributária provoca a expansão do mercado ilegal. “No Brasil, esse mercado já representa parcela relevante do consumo e constitui uma das principais fontes de financiamento do crime organizado, com impactos diretos sobre a segurança pública, a arrecadação tributária e a concorrência leal”, informa na nota.

AFUBRA/ARQUIVO/JC



Medida atingirá indiretamente os produtores de tabaco por eventuais retrações do mercado formal